

STJ00075696 - V. 1

Arruda Alvim



MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume 1

Parte Geral

12.^a edição revista e atualizada

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 12. ^a EDIÇÃO	7
PREFÁCIO À 11. ^a EDIÇÃO	9
PREFÁCIO À 10. ^a EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À 9. ^a EDIÇÃO	13
PREFÁCIO À 8. ^a EDIÇÃO	15

Vol. 1

I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e âmbito	23
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária	26
3. Definição de Direito Processual Civil	27
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil	28
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil	47
6. Processo civil romano	48
7. Período das <i>legis actiones</i>	49
8. Período do processo formulário	50
9. Período da <i>extraordinaria cognitio</i>	50
10. Processo romano-barbárico	51
11. O processo comum na Itália	52
12. Período dos glosadores	52
13. Período dos pós-glosadores	53
14. Período da jurisprudência culta	53
15. O processo comum na Alemanha	54
16. História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito brasileiro – O <i>Forum Juditium (Fuero Juzgo)</i>	55
17. As Ordenações – Especialmente as Filipinas	55
18. O Brasil e sua legislação depois da Independência	56
19. O Regulamento 737	56
20. A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais	57
21. A reunificação do processo civil	57
21-A. As tendências atuais do processo civil. A socialização do processo civil. A fase propriamente contemporânea do processo civil brasileiro	66

II – REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL – SUA CORRESPONDÊNCIA À EVOLUÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO

22.	A reelaboração do Direito no século XIX.....	98
23.	Autonomia do direito da ação	100
24.	Moderna classificação das ações.....	100
25.	O processo concebido como contrato ou quase contrato	104
26.	O processo como instrumento predominantemente técnico.....	105
27.	As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito.....	106
28.	O processo civil e o Direito Penal	106
29.	O processo civil e o Direito Constitucional	108
30.	O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário	114
31.	O processo civil e o Direito Civil	115
32.	O processo civil e o Direito Comercial.....	117
33.	O processo civil e o Direito Processual do Trabalho	119

III – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34.	Norma jurídica.....	121
35.	Normas cogentes e dispositivas.....	125
36.	Norma processual e norma substancial – Natureza da norma processual civil ..	127
37.	Classificação das normas processuais civis.....	128
38.	As fontes da norma processual civil.....	139
39.	Competência para legislar sobre Direito Processual Civil	140
40.	Normas processuais na Constituição Federal.....	142
41.	Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual	147
42.	Fontes subsidiárias da norma processual civil.....	150
43.	Analogia.....	153
44.	Costume	154
45.	Os princípios gerais do Direito.....	156
46.	A jurisprudência e o processo civil.....	157
47.	Da interpretação das leis em geral	163
48.	Interpretação da lei processual civil	167
48-A.	Evolução da hermenêutica e o processo civil	171

IV – DA JURISDIÇÃO – O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49.	O Estado de Direito.....	178
50.	Sistema de jurisdição	182
51.	Natureza da função jurisdicional e suas características	182
52.	Os princípios fundamentais da jurisdição.....	185
53.	A independência do Judiciário (da Justiça)	189
54.	O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito.....	194
55.	Inconstitucionalidade de lei – Inconstitucionalidade incidental.....	195

55-A. Controle concentrado da constitucionalidade	211
56. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário	213
56-A. A reforma do Poder Judiciário	217
56-B. A repercussão geral	222
56-C. A súmula vinculante	235
56-D. A função jurisdicional no controle da constitucionalidade (<i>especialmente</i> do STF) e o princípio da proporcionalidade	243

V – FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

57. A jurisdição voluntária	254
58. Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias	260
59. Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais	261
60. Órgãos judiciários	262
61. Regimento dos tribunais	265
62. Organização judiciária	267
63. Normas disciplinadoras da organização judiciária	269
64. Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a lei do processo	270
65. Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição	271
66. Competência interna dos tribunais	272
67. Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição	272
68. Auxiliares da Justiça	273
69. Normas sobre organização judiciária no Estado de São Paulo que interessam ao processo civil	279

VI – DA COMPETÊNCIA

70. Jurisdição e competência	285
71. Definição de competência	294
72. A competência no quadro dos pressupostos processuais	296
73. Distinção entre incompetência e impedimento	301
74. A divisão tripartida da competência	302
75. Competência objetiva	303
76. Competência territorial	304
77. Competência funcional	306
77-A. A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança	307
78. Competência funcional recursal	310
79. Competência funcional nas fases do procedimento	310
80. Competência internacional e interna	310
81. Competência exterior e interior	311
82. Foro competente	312

83.	Foro geral.....	312
84.	Foros especiais.....	317
85.	O art. 95.....	318
86.	O art. 96.....	322
87.	O art. 97.....	325
88.	O art. 98.....	326
89.	O art. 99.....	326
90.	O art. 100.....	327
91.	O art. 101.....	335
92.	Foro de eleição.....	335
93.	Foro e juízo.....	343
94.	Incompetência relativa.....	345
95.	Incompetência absoluta.....	353
95-A.	A competência no sistema das leis extravagantes.....	356

VII – A COMPETÊNCIA NA COMARCA DE SÃO PAULO

96.	Competência do foro central e dos foros regionais.....	365
97.	Competência afeta aos foros regionais.....	370
98.	Competência das varas dos Registros Públicos.....	373
99.	Competência das varas da Fazenda Pública na Capital do Estado.....	375

VIII – A JUSTIÇA FEDERAL

100.	Introdução.....	377
101.	A Justiça Federal e a Constituição.....	378
102.	A Justiça Federal e a sua lei.....	389
103.	A competência da Justiça Federal é absoluta.....	390
104.	Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal..	390
105.	As sociedades de economia mista (com participação da União) não se submetem à Justiça Federal.....	392
105-A.	Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.....	393

IX – PREVENÇÃO – *PERPETUATIO IURISDICTIONIS* – CONEXÃO E CONTINÊNCIA

106.	Prevenção.....	395
107.	Conexão de causas.....	402
108.	Continência de causas.....	409
108-A.	Ajuizamento da mesma ação.....	410
109.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	412

X – CONFLITO DE COMPETÊNCIA

110.	Introdução.....	418
------	-----------------	-----

111.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais ..	419
112.	Procedimento do conflito de competência	421

XI – TEORIA DA AÇÃO

113.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções	424
114.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo	425
115.	Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial	427
116.	Nossa posição acerca do direito subjetivo	429
117.	Teoria civilista a respeito da ação	431
118.	Posição de Adolf Wach	432
119.	Posição de Chiovenda	434
120.	Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo	435

XII – A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

121.	Definição de ação	441
122.	As condições da ação em nosso Direito positivo	442
122-A.	O interesse de agir a partir do Direito Privado e no âmbito do Direito Público ..	450
123.	Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos – Declaratória, violação do direito e título executivo	453
124.	Declaratória e mero fato	454
125.	Ação declaratória e reconvenção	455
126.	Declaratória e cumulação de ações	456
127.	Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses	456
128.	Declaratória e falsidade de documento	458
129.	A ação declaratória incidental	459
130.	O papel do “fato” na teoria da ação	462
131.	O conceito de mérito	465
132.	O mérito e as condições da ação	465
133.	Cumulação de pretensões	468
134.	Concorrência de ações	475
135.	Objeto litigioso ou lide	478
136.	Elementos da ação	480
137.	As partes e sua identificação	480
138.	O objeto	481
139.	Fundamento legal	483
140.	Fundamentação jurídica e <i>causa petendi</i>	484
141.	A <i>causa petendi</i> nas ações pessoais e nas ações reais	485

XIII – ATO PROCESSUAL

142.	Atos jurídicos e atos processuais	488
------	---	-----

143.	Classificação dos atos processuais.....	490
144.	Forma dos atos processuais.....	497
145.	As nulidades dos atos processuais.....	499

XIV – O TEMPO NO PROCESSO

146.	Prazos e preclusão.....	508
147.	Os princípios informativos do processo e os prazos.....	509
148.	Os princípios da utilidade, continuidade, preempторiedade e preclusão.....	510
149.	Dos prazos e sua classificação.....	518
150.	Da contagem dos prazos.....	521
151.	Os prazos mais importantes.....	524
152.	Da preclusão.....	525

XV – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153.	A relação jurídica processual.....	532
154.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual.....	534
155.	Requisitos da validade da relação jurídica processual.....	540
156.	Pressupostos processuais negativos.....	543

XVI – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157.	A atual função do Ministério Público.....	545
158.	Os princípios estruturais do Ministério Público.....	546
159.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público.....	547
160.	Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público.....	548
161.	O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional.....	549
162.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica.....	551
163.	Da atuação do Ministério Público.....	553

XVII – DO ADVOGADO

164.	Capacidade postulatória.....	565
165.	A função do advogado.....	572
166.	Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil.....	576
167.	Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil.....	580

ÍNDICE LEGISLATIVO.....	589
-------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	611
------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	615
----------------------------------	-----

STJ00077790 - V. 2

Arruda Alvim



MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume 2

Processo de Conhecimento

12.^a edição revista e atualizada

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 12.ª EDIÇÃO	7
PREFÁCIO À 11.ª EDIÇÃO	9
PREFÁCIO À 10.ª EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À 9.ª EDIÇÃO	13
PREFÁCIO À 8.ª EDIÇÃO	15

Vol. 2

I – DOS SUJEITOS DO PROCESSO

1. Introdução	29
2. Do juiz	29
3. Conceitos de parte e de capacidade processual.....	32
4. Análise do conceito de parte.....	34
5. As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil.....	35
6. Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora.....	36
7. Capacidade processual e capacidade de ser parte	38
8. Princípios regentes do tema das partes	40
9. Representação dos incapazes. Necessidade de integração da capacidade processual.....	41
10. Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil	44
11. O incapaz sem representante legal.....	45
12. A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9.º, I)	46
13. A figura do curador especial	49
14. A capacidade processual do marido e da mulher	58
15. Forma de ser sanado o vício de incapacidade	62

II – REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO DAS PESSOAS JURÍDICAS

16. Noções gerais	68
17. A representação da União.....	70

18.	A representação dos Estados-federados.....	73
19.	A representação dos Municípios.....	74
20.	A representação do Distrito Federal	75
21.	A representação dos Territórios.....	75
21-A.	A representação das autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei.....	75
22.	A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado.....	76
23.	A representação das paróquias da Igreja Católica	79

III – REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

24.	Introdução	81
25.	A representação da massa falida	81
26.	A representação das heranças jacente e vacante.....	82
27.	A representação do espólio.....	83
28.	A representação dos condomínios e outras modalidades.....	84

IV – DO LITISCONSÓRCIO

29.	Conceito de litisconsórcio.....	87
30.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação.....	88
31.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47). Litisconsórcio multitudinário (art. 46, parágrafo único)	88
32.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material	90
33.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo	92
34.	Litisconsórcio facultativo (noções gerais).....	92
35.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I).....	94
36.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de fato (art. 46, II).....	95
37.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de direito (art. 46, II).....	96
38.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III e 103) ...	96
39.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV).....	96
40.	Litisconsórcio necessário (noções gerais) (art. 47).....	100
41.	Litisconsórcio unitário (noções gerais) (art. 47).....	104
41-A.	A posição do sócio em demanda contra a sociedade e a figura do litisconsórcio	107
42.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio	116
42-A.	A figura do litisconsórcio no procedimento sumário e fora do sistema do CPC	122

V – DA ASSISTÊNCIA

43. Noções gerais acerca do instituto da assistência	128
44. Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial	131
45. Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial	134
46. A posição do assistente no processo	139
47. A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial	139
48. A atividade do assistente	141
49. Limites à atividade do assistente	143
50. Os processos que ensejam a intervenção do assistente	145
51. O incidente de admissibilidade do assistente	146
51-A. A assistência no procedimento sumário fora do sistema do CPC	148

VI – DA OPOSIÇÃO

52. Colocação no instituto	150
53. Pressupostos de admissibilidade da oposição. Implicações da oposição admitida ..	151
54. Processos que admitem e não admitem oposição	152
55. Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento..	154
56. O processamento da oposição	155
57. A posição dos opostos em relação ao oponente	157
58. A autonomia dos opostos	157
59. Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição	158
60. O indeferimento do pedido de oposição	158
61. A sentença da oposição	158

VII – DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

62. Noções necessárias à compreensão do instituto	161
63. Definição	161
64. Legitimação para a nomeação e procedimento	164
65. A aceitação ou a recusa do nomeado pelo autor	166
66. A aceitação ou a recusa do nomeado	167
67. A responsabilidade por perdas e danos	167

VIII – DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE

68. Noções gerais	170
69. A hipótese do art. 70, I	177
70. A hipótese do art. 70, II	179

71. A hipótese do art. 70, III	182
72. O ingresso do denunciado	190
73. A posição do litisdenunciado	192
74. O comparecimento ou não do denunciado pelo autor	194
75. O comparecimento ou não do denunciado pelo réu	196
76. As conseqüências da denúncia	199
77. A denúncia da lide no procedimento sumário, na execução e na cautelar ...	200

IX – DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

78. Finalidade do chamamento ao processo	207
79. As hipóteses de chamamento ao processo (art. 77, I)	208
80. Art. 77, II	210
81. Art. 77, III	210
82. Procedimento para o chamamento	211
83. Efeitos do chamamento	212
84. Hipóteses de não admissibilidade do chamamento	213

X – DA PETIÇÃO INICIAL

85. Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial	221
86. Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição	226
87. Petição inicial e libelo	230
88. Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial	237
89. A forma da petição inicial em nosso Direito	238
90. O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas	238
91. Funções preparatórias e definitivas da petição inicial	239
92. Do pedido	239
93. Deferimento e indeferimento da petição inicial	244

XI – DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

94. Considerações introdutórias	258
95. Da citação	261
96. Conceito de citação. Peculiaridades	268
97. Dos efeitos da citação	272
97-A. A interrupção da prescrição e o art. 202 do CC	274
98. A falta de citação	287
99. A nulidade da citação	288
100. O comparecimento do interessado	290

101.	Destruição dos efeitos da citação.....	290
102.	Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa.....	291
103.	A citação é ato judicial.....	291
104.	Como se realiza a citação.....	291
105.	Das intimações.....	293
105-A.	A transmissão de dados nos atos processuais (Lei 9.800/99). Admissibilidade do uso do <i>fac-simile</i>	303
105-B.	Do processo eletrônico.....	305

XII – DA RESPOSTA DO RÉU

106.	Introdução.....	319
107.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa.....	322
108.	Função processual da contestação.....	323
109.	Contestação e conceito de questão de fato ou de direito.....	324
110.	Contestação e seu conteúdo processual.....	325
111.	Considerações introdutórias acerca das exceções.....	329
112.	As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade.....	331
113.	A exceção de incompetência.....	332
114.	A exceção de suspeição.....	334
115.	A exceção de impedimento.....	335
116.	A distinção entre suspeição e impedimento.....	335
117.	O procedimento da exceção de incompetência.....	336
118.	O procedimento da exceção de suspeição e impedimento.....	338
119.	O problema da não alegação no prazo.....	339
120.	Da reconvenção.....	341
121.	Procedimento da reconvenção.....	343
122.	A autonomia da reconvenção.....	345
123.	A reconvenção e o procedimento sumário.....	347
124.	A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu.....	349

XIII – DA REVELIA

125.	Introdução.....	356
126.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais.....	357
127.	Revelia e litisconsórcio.....	365
128.	Revelia e assistência.....	365
129.	Revelia e reconvenção.....	365
130.	Revelia e julgamento antecipado da lide.....	366
131.	A revelia e os procedimentos especiais.....	367

132.	A revelia nos processos cautelar e execução de título extrajudicial	370
133.	Revelia e incompetência.....	371
134.	Revelia e a citação ficta	372

XIV – DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

135.	Introdução	375
136.	A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações	375
137.	Os arts. 264 e 294 do CPC. Distinção	376
138.	Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda	377
139.	Mudança dos fatos e mudança do direito.....	377
140.	Alteração do pedido e concordância do réu. Momento preclusivo	378
141.	Emenda do libelo	379

XV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

142.	Idéias gerais.....	382
143.	A suspensão necessária do processo	382
144.	A suspensão facultativa do processo.....	386
145.	A suspensão do processo e os atos urgentes.....	386

XVI – DA TUTELA ANTECIPADA

146.	Introdução	389
147.	A efetivação da tutela antecipada.....	395
148.	A possibilidade de antecipação de tutela no julgamento antecipado da lide e nas hipóteses de pedido incontroverso	400
149.	A importância da correta avaliação dos requisitos que autorizam a antecipação de tutela dos incisos I e II do art. 273.....	403
150.	Análise de algumas hipóteses de cabimento ou não da antecipação dos efeitos da tutela	420
151.	Diferenças entre a tutela cautelar e a tutela antecipada.....	424
152.	A fungibilidade das tutelas de urgência	428
153.	Linhas gerais “conjugadas” na evolução do direito material e do direito processual, tendo em vista as obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa e a efetividade do processo.....	431
154.	As dificuldades no efetivo cumprimento/satisfação das obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa	435
155.	Traços fundamentais dos arts. 461 e 461-A, com a redação das Leis 8.952, de 13.12.1994, e 10.444, de 07.05.2002	437

**XVII – DO JULGAMENTO CONFORME
O ESTADO DO PROCESSO**

156.	Providências preliminares	442
157.	Introdução ao julgamento conforme o estado do processo.....	445
158.	Da extinção do processo sem resolução de mérito.....	445
159.	O inciso I do art. 267	446
160.	O inciso II do art. 267.....	448
161.	O inciso III do art. 267.....	449
162.	O inciso IV do art. 267.....	451
163.	O inciso V do art. 267	451
164.	O inciso VI do art. 267.....	452
165.	O inciso VII do art. 267	453
166.	O inciso VIII do art. 267	454
167.	O inciso IX do art. 267.....	455
168.	O inciso X do art. 267	456
169.	O inciso XI do art. 267.....	456
170.	As conseqüências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem resolução de mérito.....	457
171.	O conteúdo do saneamento.....	457
172.	O saneamento do processo.....	459
173.	Julgamento antecipado da lide	461
174.	Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo	463

XVIII – CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

175.	Generalidades	469
176.	A prova e o problema da verdade.....	470
177.	A prova legal e a limitação do juiz.....	471
178.	Noção do conceito de prova	472
179.	Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado do processo. Da extin- ção do processo	473
180.	Do julgamento antecipado da lide	474
181.	Rápida referência ao Direito Civil.....	475
182.	O art. 227 do Código Civil em confronto com o art. 401 do CPC.....	476
183.	A validade de documento entre as partes e terceiros. O documento, sua data e dúvida a respeito	477
184.	A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca	479
185.	A atividade probatória e a sentença	479

XIX – A PROVA E OS PRINCÍPIOS REGENTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

186.	A prova e o princípio dispositivo	484
187.	A prova e o princípio da oralidade	486
188.	O subprincípio da identidade física do juiz	486
189.	O subprincípio da concentração dos atos processuais	488
190.	O subprincípio da imediatidade	489
191.	O subprincípio da irrecorribilidade em separado (<i>rectius</i> , por apelação) das interlocutórias	489
192.	O debate oral	491

XX – CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

193.	Classificação das provas	494
194.	Classificação das provas tendo em vista o sujeito	494
195.	Classificação das provas tendo em vista o objeto	495
196.	Classificação das provas tendo em vista a forma	498

XXI – ÔNUS DA PROVA

197.	Introdução	501
198.	Distinção entre ônus e obrigação	502
199.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito	502
200.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório	503
201.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova	504
202.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova	505
203.	Momento do funcionamento do ônus	505
204.	Fundamentos da repartição do ônus da prova	506
205.	O ônus da prova e a revelia	507
206.	A confissão e o ônus da prova	507
207.	A falsidade de documento e o ônus da prova	508
208.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova	509

XXII – MOMENTOS DA PROVA

209.	Introdução	512
210.	Especificamente os momentos da prova	512
211.	Procedimentos probatórios especiais	514
212.	Os momentos da prova no procedimento sumário	514

XXIII – DA PROVA DOCUMENTAL

213.	Noções gerais	518
214.	Definição de documento	518
215.	Os autores intelectual e material do documento.....	519
216.	O conteúdo e a eficácia do documento	519
217.	A forma como sendo da substância do documento.....	521
218.	O documento, em regra, é prova preconstituída.....	523
219.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais.....	524
220.	Os documentos e a autenticidade	525
221.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade.....	526
222.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos	526
223.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica	527
224.	Documento e sua data	527
225.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento. Distinção	527
226.	O valor probante dos documentos.....	528
227.	Da exibição de documento ou coisa. Generalidades.....	531
228.	Espécies da ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição	532
229.	Das partes e de sua legitimidade	533
230.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa	533
231.	A recusa fundada de exibição	533
232.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição.....	534
233.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição.....	534
234.	Dos recursos.....	535
235.	A produção da prova documental e o procedimento	535

XXIV – DA PROVA TESTEMUNHAL

236.	Noções gerais	540
237.	Testemunha e parte. Distinção	541
238.	Testemunha e perito. Distinção.....	541
239.	Do valor da prova testemunhal.....	541
240.	A técnica de inquirição.....	542
241.	O sujeito da prova testemunhal.....	543
242.	Conceito de testemunha	544
243.	Da obrigação de testemunhar.....	545
244.	Quem pode ser testemunha.....	546
245.	Obrigações e direitos da testemunha.....	549
246.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal	550

247.	Procedimento da prova testemunhal.....	552
248.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas	557
249.	A substituição de testemunhas	558

XXV – DO DEPOIMENTO PESSOAL

250.	Noções gerais	560
	§ 1.º Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos.....	563
251.	Definição.....	566
252.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso.....	567
253.	Procedimento do depoimento pessoal.....	569
	§ 1.º Restrições a certos fatos (art. 347)	570
254.	Depoimento pessoal e confissão	571

XXVI – DA CONFISSÃO

255.	Noções gerais	573
256.	Conceito de confissão	574
257.	Elementos da confissão	575
258.	Espécies de confissão	578
259.	Efeitos da confissão	578
260.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão	579
261.	Aspectos principais da confissão em nosso direito positivo.....	579
262.	Revogação da confissão.....	580

XXVII – DA PROVA PERICIAL

263.	Conceito de perícia	582
264.	Do cabimento da prova pericial.....	582
265.	Momento do pedido da prova pericial.....	585
266.	O juiz e o resultado da perícia	586
267.	Perícia. Requisitos e realização.....	588
268.	A perícia e o perito	595
269.	O perito e a sua responsabilidade	596

XXVIII – DA INSPEÇÃO JUDICIAL

270.	Noções gerais	599
271.	A participação de peritos na inspeção.....	601
272.	A presença das partes na inspeção.....	601

273. A documentação da inspeção	602
---------------------------------------	-----

XXIX – INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

274. Diferença entre prova direta e indireta.....	604
275. Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal	605
276. Presunção.....	606
277. Espécies de presunção.....	606
278. As presunções legais. Aspecto histórico	608
279. As presunções do homem.....	609
280. Valoração das presunções do homem	609
281. A presunção do homem e a prova contrária.....	610
282. A prova <i>prima facie</i>	610
283. A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova	612

XXX – DAS AUDIÊNCIAS: PRELIMINAR E DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

284. Introdução	613
285. Da audiência preliminar	614
286. Da audiência de instrução e julgamento.....	620
286-A. Decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e os recursos cabíveis.....	621
287. Atos que antecedem a audiência.....	622
288. O adiamento da audiência	622
289. Audiência e o problema do cerceamento de defesa.....	623
290. Audiência e o comparecimento do Ministério Público	624
291. Audiência e a identidade física do juiz.....	624
292. A audiência de instrução no procedimento sumário	626

XXXI – DA SENTENÇA

293. Generalidades sobre sentença	634
294. A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida	638
295. A fundamentação da sentença e as lacunas da lei.....	641
296. Natureza jurídica da sentença	644
297. Efeitos da sentença.....	645
298. Sentenças processuais e de mérito.....	646
299. Sentenças classificadas por sua eficácia	646
300. Sentença declaratória	647
301. Sentença constitutiva	649

302.	Sentença condenatória	651
303.	Sentenças mandamentais e executivas <i>lato sensu</i>	652
304.	Sentenças dispositivas	655
305.	Sentenças complexas	657
306.	A sentença: sua inteligência e seus elementos	657
307.	Relatório	658
308.	Fundamentação	660
309.	A essencialidade do conteúdo decisório da sentença	662
310.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i>	663
311.	A sentença <i>extra petita</i>	666
312.	A sentença <i>ultra petita</i>	668
313.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico	669
314.	A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de direito intertemporal	670
	ÍNDICE LEGISLATIVO	681
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	701
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	705